



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

14
026

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 208164-5/02

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: SUZANA BEZERRA SALES LEITE E OUTRO

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

R
5408

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. APELAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OMISSÃO. REDISCUSSÃO DO MÉRITO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. INOCORRÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS PREVISTOS NO ART. 535 DO CPC. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS À UNANIMIDADE.

- 1- Não se verificando as omissões alegadas pelo embargante, não há que se cogitar do acolhimento dos embargos de declaração.
- 2- Assim, resta claro que o embargante pretende, tão somente, é a rediscussão da decisão embargada, o que é vedado em sede de aclaratórios.
- 3- Ante a inoccorrência de qualquer vício, mesmo havendo o requerimento de prequestionamento explícito da matéria, os embargos também não merecem ser acolhidos.
- 4- Embargos declaratórios rejeitados, à unanimidade.

Ass

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos Declaratórios nº 208164-5/02, em que é embargante o ESTADO DE PERNAMBUCO e embargado ELIANE GALHARDO MONTEIRO MOURA; Acordam os Exmos. Srs. Desembargadores



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

25
027

componentes da Sétima Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **REJEITAR** os presentes embargos de declaração, mantendo incólume o acórdão embargado.

Recife, 11/05/2013

JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
Relator/Presidente



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

16
028

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 208164-5/02

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: SUZANA BEZERRA SALES LEITE E OUTRO

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

RELATÓRIO

O ESTADO DE PERNAMBUCO, já qualificado nos autos, ingressou com embargos declaratórios alegando omissão em face de acórdão que negou provimento ao Recurso de Agravo nº 208164-5/01.

Aduz, em apertada síntese, que a decisão embargada é omissa, uma vez que não foram apreciadas as questões submetidas à apreciação.

Requer o esclarecimento das omissões, inclusive para fins de prequestionamento.

É o relatório.

Recife, 11/05/2013


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

17
029

EMBARGOS DECLARATÓRIOS Nº 208164-5/02

EMBARGANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

EMBARGADO: SUZANA BEZERRA SALES LEITE E OUTRO

RELATOR: Des. JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO

ÓRGÃO JULGADOR: SÉTIMA CÂMARA CÍVEL

VOTO

O Acórdão ora vergastado, que julgou o Recurso de Agravo, não se encontra eivado de nenhum dos vícios ensejadores da interposição de embargos. Na verdade, o que o embargante pretende é rediscutir o mérito da decisão, o que é vedado em sede de embargos declaratórios.

A propósito da matéria, vejamos o acórdão abaixo transcrito, *in verbis*:

Ementa: **PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL. DESCABIMENTO.** 1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC). 2. omissis. 3. Embargos de declaração rejeitados. (Processo EDcl no REsp 775241 / SP ; EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL 2005/0139167-7; Rel Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI; Órgão Julgador; PRIMEIRA TURMA; Data do Julgamento 25/10/2005; Data da Publicação/Fonte DJ 14.11.2005 p. 228).

Cabe esclarecer que, ante a inoccorrência de qualquer vício que enseje a interposição de Embargos Declaratórios, mesmo havendo o requerimento de



Poder Judiciário

Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Desembargador João Bosco Gouveia de Melo

18
030

prequestionamento explícito da matéria, os embargos também não merecem ser acolhidos, sob pena de contrariar o disposto no art. 535 do CPC.

Nesse sentido é o entendimento deste Egrégio Tribunal de Justiça, acerca da matéria, conforme se infere da transcrição abaixo:

"Ementa: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO. FINALIDADE DE PREQUESTIONAMENTO. 1. Inocorrentes as hipóteses de omissão e contradição, não há como prosperar o inconformismo, cujo real objetivo é a reapreciação de prova documental acostada aos autos, o que é inviável de ser revisado em sede de embargos de declaração, dentro dos estreitos limites previstos no artigo 535 do CPC; 2. Mesmo com o fim de prequestionamento, se a decisão não está eivada de quaisquer desses vícios, os embargos não podem ser conhecidos, sob pena de afronta ao Art. 535 do CPC; 3. O magistrado não é obrigado a analisar todas as alegações das partes se apenas uma delas tem força para firmar sua convicção. Precedentes do TRF-5ª Região; 4. Embargos rejeitados, à unanimidade." (Grifos Acrescidos) (Embargos de Declaração: 113140-6/01; Relator: Santiago Reis. Órgão Julgador: Segunda Câmara Cível. Publicação: Nº DJ: 105 Data da Publicação: 07/06/2005).

Ante as razões acima esposadas, **VOTO** pela rejeição dos embargos declaratórios interpostos pelo **ESTADO DE PERNAMBUCO**, mantendo, em todos os seus termos, a decisão proferida.

É o meu voto Srs. Desembargadores.

Recife, 11/05/2010


JOÃO BOSCO GOUVEIA DE MELO
- Desembargador Relator -